

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 597 - Brasília, quinta-feira, 27 de novembro de 1997



Na Mesa, durante a sessão do Senado que aprovou o novo Código Civil, Ronaldo, Antonio Carlos, Jáder e Maldaner. Josaphat (no destaque) dá explicações sobre o substitutivo

Senado entrega ao país o novo Código Civil, com 2 mil artigos

Redução da maioridade civil de 21 para 18 anos, indenização por danos morais e revisão de contratos em caso de desequilíbrio gritante contra uma das partes estão entre as principais mudanças introduzidas pelo texto

Malan debate na CCJ a legalização do jogo



Ao depor na Comissão de Justiça, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, considerou questionáveis todas as possíveis vantagens decorrentes da legalização dos jogos de azar. Página 8

Depois de quatro horas de debate, o Senado aprovou ontem por unanimidade o projeto do novo Código Civil, com mais de 2 mil artigos. O texto vai substituir o Código em vigência há 80 anos no Brasil. O projeto foi estudado longamente por uma comissão especial que teve como relator o senador Josaphat Marinho e como presidente o senador Ronaldo Cunha Lima. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou muito importante a aprovação do projeto e previu a sua apreciação pela Câmara no período máximo de três meses.

Páginas 4 e 5

Comissão aprova abertura de crédito suplementar no Orçamento Fiscal para cobrir despesas com compra de milho

Estoques reguladores ganham R\$ 320 milhões

Sob a presidência do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), o plenário da Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem parecer favorável à abertura, no Orçamento Fiscal, de crédito suplementar no valor de R\$ 320 milhões, destinado a financiar a política de formação de estoques reguladores e estratégicos.

Conforme justificativa do Ministério do Planejamento, os recursos atenderão despesas adicionais decorrentes de "forte intervenção do governo federal no mercado do milho, adquirindo o produto e, assim, aumentando suas despesas com a manutenção de estoques". O crédito também repará as baixas nos estoques públicos, decorrentes de doações feitas ao Programa de Distribuição de Alimentos.

Segundo outra autorização

que recebeu parecer favorável, o Executivo poderá abrir crédito especial até o limite de R\$ 478,5 milhões em favor das empresas estatais Nuclen (RS 463,3 milhões), Furnas (RS 500 mil), Rede Ferroviária Federal (RS 771 mil), e do Ministério dos Transportes (RS 15,1 milhões). Nesse último, os recur-

Durante a sessão, a Comissão Mista de Orçamento deliberou sobre 13 projetos. Os recursos envolvidos totalizam R\$ 1,1 bilhão

dos destinam-se à construção, ampliação e recuperação de instalações portuárias nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Pará, Amapá, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas.

Para suprir as despesas de implementação do Programa

de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), a comissão também autorizou crédito especial de R\$ 100,2 milhões para o Ministério da Fazenda. Em favor do Ministério das Comunicações, por sua vez, foram autorizados R\$ 102,2 milhões, destinados à implementação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Os quatro projetos, totalizando pouco mais de R\$ 1 bilhão, concentraram a maior parte dos recursos autorizados ontem pela comissão, que deliberou sobre 13 projetos que representaram, em créditos suplementares e especiais, um total de R\$ 1,1 bilhão. As matérias dependem ainda de votação em sessão conjunta do Congresso.



Na comissão, Fogaça (E) participa da audiência de Stephanes (D)

Comissão examina hoje parecer sobre Previdência

O senador José Fogaça (PMDB-RS) apresenta hoje à comissão mista o seu parecer sobre o mérito da Medida Provisória 1.596, que altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, que dispõem sobre a Previdência Social. A reunião está marcada para as 9h30, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho. A comissão, presidida pelo deputado Luciano Pizzato, ouviu ontem, em audiência pública, o ministro da Previdência

Social, Reinhold Sthepanes.

Conforme a exposição de motivos, essa medida provisória, adotada no âmbito do ajuste fiscal, cria "as condições legais para uma mudança de grande importância no sistema operacional da Previdência Social, propiciando maior eficiência, controle e segurança de suas operações básicas de arrecadação e concessão de benefícios".

Paraná deve cumprir exigência, diz Osmar

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) fez um apelo ontem aos senadores para que "cumpram o que determina o Regimento" e não aprovelem o pedido de empréstimo do governo do Paraná, durante a reunião de hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sem que o estado forneça ao Banco Central e ao Senado os dados exigidos sobre sua situação financeira.

Osmar Dias lembrou que nenhum estado foi dispensado dessa obrigação, porque se



Osmar: respeito ao Regimento trata de uma questão técnica e não política. Por isso, não há "discriminação" contra o estado do Paraná, explicou.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

- 10h30** - Concede entrevista à revista *Manchete*
11h30 - Recebe o sr. Murilo Macedo
15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal
18h - Participa da celebração do *Culto de Ação de Graças*, em comemoração ao Dia Nacional de Ação de Graças. *Catedral Metropolitana de Brasília*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: "PLC nº 14/97 - altera dispositivos da Lei nº 2.180/54, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo; "PLC nº 64/97 - dispõe sobre as fênas dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; "Projeto de Resolução nº 154/97 - autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo governo do estado do Ceará com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 115 milhões, bem como autoriza o governo daquele estado a contratar a referida operação de crédito, destinando-se os recursos à execução do Programa Rodoviário do Estado do Ceará; "Projeto de Resolução nº 155/97 - autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito externo com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 9,6 milhões; "Substituto do Senado ao PLC nº 47/94 - dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial; "Substituto do Senado ao PLC nº 18/95 - regulamenta o exercício profissional do histotecnologista; "PLC nº 73/95 - disciplina a publicação das despesas com pessoal da União; "PLC nº 18/97 - dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região; e "PLC nº 45/97 - dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional

COMISSÕES

9h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1596-14/97 - altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213/91.

Pauta: Apreciação e votação do parecer. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Ofício "S" nº 85/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para contratar junto ao BNDES, no valor de R\$ 38.629.900,00, destinados ao financiamento de parte do Projeto de Renovação do Transporte Coletivo por ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA; "Ofício "S" nº 75/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Mato Grosso para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 45 milhões, destinados a promover o equilíbrio fiscal e financeiro do estado; "Ofício nº 103/97 (não terminativo), solicitação do estado de Minas Gerais para emitir Letras Financeiras do Estado de Minas Gerais destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998; "Ofício nº 104/97 (não terminativo), solicitação do estado de São Paulo para emitir Letras Financeiras do Estado de São Paulo destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível em dezembro de 1997; "Ofício nº 105/97 (não terminativo), solicitação do estado do Rio de Janeiro para emitir Letras Financeiras do Estado do Rio de Janeiro destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998; "Ofício nº 106/97 (não terminativo), solicitação da prefeitura municipal de São Paulo para emitir Letras Financeiras do Município de São Paulo destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998; e "Ofício nº 89/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado da Paraíba de elevação temporária do limite previsto no art. 4º da Resolução 69/95, para permitir a contratação de operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, no valor de R\$ 23 milhões, destinados à execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento institucional naquele estado. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Especial Temporária do Endividamento dos Estados e dos Municípios

Pauta: Leitura e discussão do relatório final. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluco Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) sobre a política de recuperação do salário mínimo (representação)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (representação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o jornalista Inimá Simões sobre as propostas de criação de órgãos de auto-regulamentação para o cinema e a televisão (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador José Eduardo Dutra (representação)
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão Mista Especial destinada a examinar a Medida Provisória 1596-14, que altera o sistema previdenciário brasileiro (pré-gravado)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (representação)
- 1h - Debate com o jornalista Inimá Simões (representação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (representação)
- 6h30 - "Jornal do Congresso" (representação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (representação)

RÁDIO SENADO

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30

Presidente da República reconhece falha do Cerimonial no episódio em que o senador, mesmo convidado, foi barrado na comitiva presidencial

FHC se explica a Sebastião Rocha: "Foi um equívoco"

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso ligou para ele desculpendo-se pelo episódio ocorrido terça-feira (dia 25), quando foi informado pouco antes do embarque da comitiva oficial da Presidência ao Amapá de que não faria o mesmo trajeto que os parlamentares governistas.

Segundo o senador, Fernando Henrique reconheceu que foi um equívoco do Cerimonial e disse que só tomou conhecimento do fato durante a viagem, informado pelo senador José Sarney (PMDB-AP). De acordo com Sebastião Rocha, o presidente afirmou que não é comum esse tipo de atitude nas viagens presidenciais e se sentiu constrangido com o episódio.

CARTA DE ACM

Conforme anunciara na terça-feira, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, enviou uma carta ao presidente da



Rocha: presidente constrangido

República, manifestando o desagrado com o fato. Na carta, Antonio Carlos reconhece o direito do presidente de convidar quem desejar para acompanhá-lo em viagens no país ou no exterior, assinalando que, "entretanto, o fato de uns irem até um ponto e outros fazerem o percurso completo não nos parece ético e não é do feitio de Vossa Excelência".

- A argumentação de que alguns senadores eram favoráveis ao governo, enquanto o outro,

oposicionista, poderia ter existido antes do convite; depois, é discriminatória e, consequentemente, não poderia obter a nossa aprovação - concluiu Antonio Carlos Magalhães.

GAFFE

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) atribuiu ontem a responsabilidade pela gaffe do presidente da França, que se referiu a Fernando Henrique como presidente do México, ao próprio presidente do Brasil. Para ele, o fato de Fernando Henrique ter saudado seu colega em um francês "espanholado" foi que deu margem ao equívoco.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou inexplicável que Fernando Henrique tenha aceitado encontrar-se com Chirac na Guiana Francesa. "Podia ser em Paris, ou no Brasil, mas nunca em um território colonial", assinalou Simon.



ACM e o ministro Jungmann

Jungmann agradece apoio à reforma agrária

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, que veio agradecer ao senador "todo o apoio do Congresso ao trabalho do governo para agilizar as questões de reforma agrária". Ele aproveitou para pedir a votação, ainda este ano, da Medida Provisória 1.577, que dificulta exageros nas avaliações de terras e determina a vistoria das áreas invadidas. O presidente do Inera, Milton Seligman, acompanhou a audiência.

O ministro da Reforma Agrária disse que o governo deveria prestar uma homenagem pública ao Congresso Nacional, pela aprovação de inúmeras leis de vital importância para agilizar os trabalhos na área fundiária, acrescentando que fez questão de levar essa sugestão ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Jungmann exemplificou com o rito sumário, o novo ITR (Imposto Territorial Rural), a ida de magistrados às áreas de conflito e o projeto que abre caminho para a criação do Fundo de Terras, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC).

O ministro saiu do gabinete de Antonio Carlos Magalhães com a promessa de que a MP 1.577 poderá entrar em pauta ainda este ano, caso o senador Jádler Barbalho (PMDB-PA), relator da matéria, considere que a medida esteja em condições de ser apreciada.

PAULOMALUF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ex-prefeito de São Paulo e presidente do PPB, Paulo Maluf, que à saída disse ter feito apenas "uma visita de cortesia ao presidente do Congresso, aproveitando a estada em Brasília".

Voto de pesar pelo falecimento de Madre Cristina

O plenário do Senado aprovou ontem a inscrição, nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pela morte de Madre Cristina, ocorrida ontem, em São Paulo. Nascida Célia Sodré Dória, a psicóloga, professora e fundadora do Instituto Sedes Sapientiae "teve uma vida dedicada à educação e à defesa intransigente dos direitos humanos", registrou o autor do requerimento, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Autora de vários livros na área da psicologia, Madre Cristina destacou-se por "sua participação ativa na luta contra a ditadura militar no Brasil", tendo recebido ameaças de morte e prisão por abrigar perseguidos políticos, livrá-los da morte e ajudá-los a sair do país, afirmou o senador.

Conforme Suplicy, por iniciativa da deputada Martha Suplicy, tramiada na Câmara projeto de resolução que cria o "Prêmio Madre Cristina de Direitos Humanos".

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou que o senador José Serra (PSDB-SP) foi indicado pela Mesa para acompanhar as exéquias de Madre Cristina, como representante da instituição.

Ameaça à democracia no Paraguai deixa Levy Dias preocupado

O senador Levy Dias (PPB-MS) afirmou ontem que "a ameaça à democracia no Paraguai constrange a toda a América do Sul, que já andava desacostumada com a truculência e com o autoritarismo" e é também um fator de desequilíbrio "deste novo tempo, em que o império da liberdade tem prevalecido na maior parte do continente, enchendo nossa cidadania de orgulho e alegria".

- Não fosse pela nossa proximidade física, ou mesmo pelos laços de amizade que nos unem àquele bravo povo, seria em nome desses ideais e das nossas convicções democráticas que aqui estaríamos registrando a posição firme do Brasil de apoio a eleições livres e gerais, expressão máxima da liberdade



Levy Dias: laços de amizade de qualquer povo - ressaltou.

O senador disse esperar que os dirigentes do Paraguai "mantenham-se serenos, diante deste momento e possam exercer suas funções guiados pela vontade do povo, a ser expressa nas urnas, nas eleições de 10 de maio de 1998".

CÓDIGO CIVIL

Aprovação por unanimidade

Os senadores aprovaram ontem, por unanimidade, depois de quatro horas de debate, o projeto do novo Código Civil, com mais de 2.000 artigos e que vai substituir o código em vigência há 80 anos no Brasil. Entre as mudanças introduzidas estão a redução da maioridade civil de 21 para 18 anos, a indenização por danos morais e a revisão de contratos em caso de desequilíbrio gritante contra uma das partes.

O projeto foi estudado longamente por uma comissão especial, a qual teve como relator-geral o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). A comissão trabalhou em cima de uma proposta que veio da Câmara dos Deputados, preparada antes da Constituição de 88. Josaphat Marinho, depois de analisar 366 emendas de senadores e ouvir dezenas de juristas, professores e juizes, adaptou todo o texto às inovações da Constituição e propôs dezenas de alterações, que foram aceitas pelo plenário.

As poucas alterações ao parecer do relator-geral votadas pelos senadores tiveram a concordância do próprio Josaphat Ma-



Os senadores aprovaram por unanimidade, depois de intenso debate, o projeto do novo Código Civil brasileiro

rinho, depois de intensos debates.

A redação final do projeto deve ser votada na próxima semana, quando então a proposta será remetida novamente à análise dos deputados, por causa das emendas aprovadas pelos senadores.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse em entrevista esperar que o projeto seja votado pelos deputados em três meses. No encerramento da votação, o senador Josaphat Marinho manifestou sua alegria por terem os senadores superado "suas divergências políticas e doutrinárias" para dar "um melhor Código ao país". Ao final, os senadores aplaudiram Josaphat Marinho.

O plenário discutiu várias emendas para mudar o parecer do relator-geral, rejeitando quase todas. Na mais polêmica, foi retirado um

parágrafo do artigo 1.636, por emenda supressiva da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que previa um prazo mínimo de cinco anos de casamento para que o casal adotasse uma criança. Antes, as senadoras Benedita da Silva e Emília Fernandes (PDT-RS), com o apoio de outros parlamentares, tentaram convencer o relator a retirar do texto o próprio artigo 1.636, o qual estabeleceu a idade mínima de 25 anos para quem quiser adotar.

Caso isso acontecesse, iria prevalecer sobre o assunto um artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente, que fixa em 21 anos essa idade mínima. Josaphat reafirmou os argumentos apresentados nos últimos dias, segundo os quais aos 21 anos uma pessoa ainda não tem amadurecimento suficiente para uma adoção.

direito de compromisso, instituído destinado a regular litígios nas relações contratuais entre pessoas.

Josaphat esclareceu também que, pelo novo texto, a mulher grávida, impossibilitada de sustentar-se, poderá solicitar pensão seis meses antes e seis meses depois do parto.

Questionado pelas senadoras Júnia Marise (PDT-MG) e Emília Fernandes, Josaphat Marinho disse que a adoção é um ato definitivo e irrevogável, devendo exigir maturidade de quem o faz. Ele informou ter-se inspirado no Código português para fixar a idade mínima para adoção em 25 anos.

Reale e Moreira Alves para o texto, assim como o auxílio dos funcionários Dayse Galvez, Leda Maria Ramalho e Ranielton Monteiro Neves, do seu gabinete. Elogiou também o cuidadoso trabalho de Joaquim Campelo, assessor da presidência do Senado. E afirmou que "o trabalho do relator e dos servidores não seria produtivo ou não teria repercussão se não contasse com o apoio crítico e colaboração vigilante do plenário".

ACM espera celeridade na Câmara

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou muito importante a aprovação do projeto do novo Código Civil e manifestou sua convicção de que o espírito que moveu o Senado na votação da matéria será o mesmo na Câmara dos Deputados. "Tenho certeza de que o Código Civil vai levar, no máximo, três meses na Câmara", previu.

Respondendo a pergunta de um jornalista sobre a declaração do ministro da Administração, Bresser Pereira, de que não aceitará mudanças na reforma administrativa, Antonio Carlos afirmou:

"Admito até que não haja mudanças, mas o ministro Bresser Pereira manda, se é verdade, no ministério dele."



Alcântara: Código moderno

Congresso vive grande momento, diz Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que a aprovação do Código Civil representa um grande momento para o Congresso Nacional. Ele elogiou o desempenho do relator Josaphat Marinho na condução dos trabalhos para a elaboração do novo Código, que, de acordo com o senador, vai contribuir muito para modernizar a legislação. Alcântara informou que, por sugestão do professor Wagner Barreira, da Universidade Federal do Ceará, apresentou seis emendas.

Um relator incansável nas explicações

A votação do Código Civil foi iniciada com o relator-geral, senador Josaphat Marinho, fazendo uma exposição esclarecedora da matéria, a fim de sanar dúvidas apresentadas por alguns senadores. Ele esclareceu, por exemplo, que para uma parcela considerável da população brasileira virgindade ainda significa honra.

Referia-se ao artigo que prevê o casamento do menor incapaz para evitar o cumprimento de pena criminal ou para resguardar a honra da mulher que não atingiu a maioridade. A senadora Emília Fernandes contestou o artigo, dizendo que não considera que virgindade tenha a ver com honra.

O relator explicou que o pensamento moderno há de ser respeitado, mas há uma parcela da sociedade brasileira que ainda considera que o casa-

mento preserva a honra da menor de idade que perdeu a virgindade. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) concordou com o pensamento de Emília, mas reconhece que não é essa a média do pensamento da população.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) pediu ao relator que acatasse sua emenda relativa ao

Josaphat agradece ajuda de todos

"Fomos capazes de superar divergências partidárias e doutrinárias para dar um melhor Código ao país", disse na noite de ontem o senador Josaphat Marinho, ao final da sessão de votação da matéria. O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, assim resumiu seus sentimentos: "A glória do professor Josaphat Marinho é a glória do Poder Legislativo neste momento".

O relator do Código Civil definiu como grande e justo o con-

tentamento de todos, dizendo que a sensação predominante entre os senadores não era a da vaidade, mas a do dever cumprido. Ele disse que a discussão da matéria processou-se numa completa liberdade de divergência e dentro da maior cordialidade, tendo a Casa por vezes até flexibilizado a aplicação do Regimento Interno, a fim de que a lei saísse com o melhor conteúdo possível.

Josaphat agradeceu a contribuição dos professores Miguel

CÓDIGO CIVIL

Senadores apresentam últimas alterações

Seis senadores usaram da palavra no encaminhamento da votação, ontem, do projeto do novo Código Civil. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) propôs a troca da expressão "retardamento mental", no artigo 1.791, para "deficiência mental", por considerar que a primeira expressão não é mais usada atualmente. A sugestão foi acatada pelo relator-geral, senador Josaphat Marinho.

Já o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) manifestou sua preocupação com a possibilidade da gratuidade da certidão para o casamento civil. "Se ficarmos dando gratuidade para todos os documentos, como já fizemos com a certidão de nascimento, vamos quebrar os cartórios", argumentou.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) lembrou que, junto com Josaphat Marinho, foi o único remanescente da comissão destinada a examinar o Código Civil da legislatura passada. "É uma feliz coincidência, que me enche de orgulho e regozijo como membro das comissões e dessa legislatura pelos serviços que estamos prestando ao país", disse.

Por sua vez, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse concordar com a declaração do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), presidente da comissão do Código Civil, de que a Constituição prevê a cidadania em si, "mas o Código Civil traz o dia-a-dia, a coisa prática".

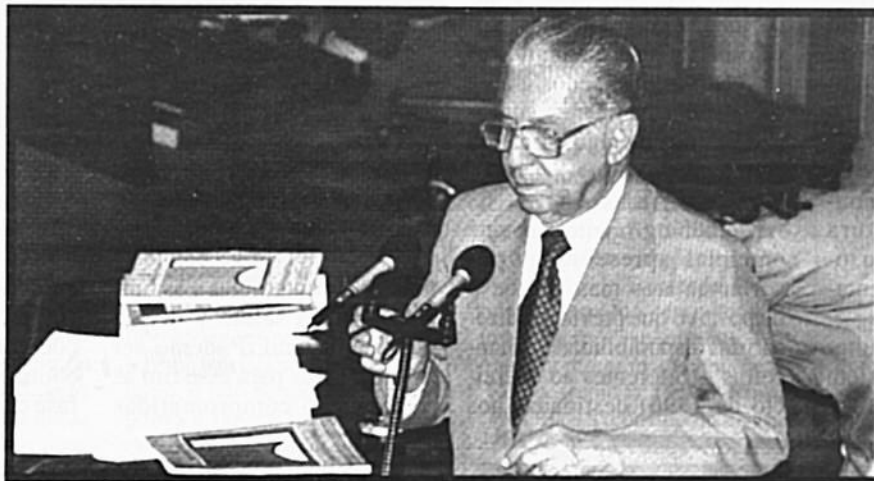
O senador Odacir Soares (PTB-RO) considerou que Josaphat Marinho foi feliz ao adotar uma linguagem jurídica "moderna e adequada" ao alterar expressões jurídicas por outras mais explícitas, o que, a seu ver, facilitará o entendimento das normas. Odacir elogiou ainda o direito a indenização pela prática de atos ilícitos, como injúria, calúnia e difamação.

Veja as principais mudanças

O projeto do novo Código Civil, votado ontem pelo plenário, tem como principal característica a subordinação dos direitos, de maneira geral, ao interesse social. O texto está dividido em oito livros, distribuídos entre as partes Geral e Especial. Na primeira, estão os livros Das Pessoas, Dos Bens e Dos Fatos Jurídicos, e na segunda, os livros Do Direito das Obrigações, Do Direito de Empresa, Do Direito das Coisas, Do Direito da

Família e Do Direito das Sucessões. Há também um livro complementar, com as disposições transitórias. O texto adotado pelo relator-geral da matéria, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), apresenta profundas alterações ao Código em vigor, datado de 1916, especialmente na parte relativa à família. Veja nesta página as principais alterações aprovadas no Senado.

O relator Josaphat Marinho esclareceu todas as dúvidas dos senadores no plenário



FAMÍLIA

- estabelece a igualdade de direitos entre o homem e a mulher na sociedade conjugal;
- substitui o instituto do pátrio-poder pelo do poder familiar;
- define a união estável como aquela existente entre homem e mulher que podem casar-se, por um mínimo de cinco anos;
- estabelece que, no caso de união estável, os companheiros podem convencionar sobre a situação dos bens que possuem - se não o fizerem, prevalece o regime de comunhão parcial;
- reduz de cinco para três anos o prazo para que se caracterize a união estável se houver filho em comum;
- acaba com a distinção entre os filhos, suprimindo filiação legítima, legitimada, adulterina, incestuosa ou adotiva;
- permite que a partir de 25 anos a pessoa adote uma criança;
- dispõe que a adoção é insuscetível de revisão;
- obriga os ascendentes do adotante a reconhecerem o adotado, que tem iguais direitos diante de todos os parentes;
- estabelece o dever dos parentes, dos ex-cônjuges e dos ex-companheiros de dar assistência àquele que, em estado de necessidade, não tem como sobreviver;
- aumenta de 55 para 60 anos a idade em que a mulher é obrigada a casar-se com separação de bens.

SUCCESSÕES

- reconhece à companheira ou ao companheiro, na vigência da união estável, direito a participar da sucessão do outro, em proporção que variará segundo as parcelas dos filhos comuns, dos descendentes só do autor da herança e dos parentes sucessíveis;
- permite a elaboração de testamentos por meios mecânicos;
- admite o testamento em aeronave (no caso de um mal súbito);
- abre a possibilidade de, em casos de emergência, o testamento ser feito sem testemunha, ficando a critério do juiz apurar a legitimidade da manifestação de vontade;
- estabelece que o testador não pode consignar cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade sem declarar no testamento por que o faz;

- prevê que as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade estabelecidas no testamento poderão ser alteradas quando houver justa causa e com autorização do juiz.

PROPRIEDADE

- desconsidera a personalidade jurídica em caso de abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;
- regula a concessão da superfície pelo proprietário a outra pessoa para construir e plantar, sendo exigida a escritura pública e autorizada a concessão;
- acrescenta às características da propriedade a função social;
- estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais, preservados a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico;
- transfere a *enfiteuse* (direito real alienável e transmissível aos herdeiros) das disposições permanentes para uma regra transitória;
- reduz os prazos do usucapião, para proporcionar o uso mais útil e reprodutivo da terra.

OUTRAS

- reduz a maioria civil para 18 anos;
- substitui a expressão "todo homem" por "todo ser humano" para definir a pessoa capaz de direitos e obrigações;
- protege os nascituros desde a concepção;
- prevê indenização por dano moral;
- reconhece a liberdade de contratar, porém condiciona seu exercício em razão e nos limites da função social do contrato;
- garante a revisão do contrato na hipótese de haver um desequilíbrio gritante dos direitos e obrigações entre as partes;
- reconhece a prole por inseminação artificial;
- permite a doação de órgãos, desde que não ofenda a integridade física da pessoa, e assegura a doação para após a morte, para fins científicos ou altruísticos.

Vilson Kleinübing, relator da MP nº 1.600, que destina ao pagamento da dívida pública os dividendos e os superávits de fundos e de entidades, apresenta projeto de conversão, acolhido por comissão do Congresso

Preservados os fundos para educação e cultura

A comissão mista encarregada de analisar a Medida Provisória nº 1.600, que destina ao pagamento da dívida pública os dividendos e os superávits financeiros de fundos e entidades da administração federal indireta, aprovou ontem projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC). A proposta do relator exclui do alcance da MP o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Fundo Nacional da Cultura (FNC). O relator rejeitou todas as emendas apresentadas pelos parlamentares.

A MP abrange os resultados apurados em 1997. Além dos fundos de interesse da se-

gurança nacional e dos fundos de desenvolvimento regional, o texto original excluía o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Fundo Nacional de Saúde (FNS).

A alteração proposta por Kleinübing e aceita pela comissão "representou um avanço, uma vez que a medida provisória não poderia prejudicar os recursos destinados à área social, principalmente a educação", conforme a justificativa do relator.

EMENDAS

Kleinübing rejeitou as sete emendas apresentadas por parlamentares mas alterou o dispositivo que previa a utilização das disponibilidades financeiras (referentes ao exercício de 1996) destinadas aos



Kleinübing discute o projeto de conversão com os deputados José Aníbal e Alcione Atayde

fundos, às autarquias e às fundações para saldar a dívida pública federal. Poderão ser apropriados para esse fim as verbas não comprometidas

com os restos a pagar nem compromissadas com operações de financiamento com contrato já assinados ou em fase de contratação, desde que

protocolados na instituição antes de 31 de outubro de 1997. A matéria depende ainda de votação pelo plenário do Congresso Nacional.

Cortes nas verbas para o ensino trazem prefeitos ao Congresso

Comitiva de 25 prefeitos, representando a Associação Paulista de Municípios, fez apelo ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pedindo a ajuda do senador para reverter decisão do governo que retira recursos dos repasses às prefeituras para aplicação em educação.

Os prefeitos, segundo Cel-

so Giglio, presidente da associação, querem um escalonamento no corte de 60% previsto já para 98 nos repasses aos municípios para aplicação em educação, "nos termos da própria Emenda 14 (Fundo de Estabilização Fiscal - FEF), que fixa em cinco anos esse corte, a ser feito de forma gradual".

Antonio Carlos, conforme

informou Giglio, "revelou conhecer bem o problema e recomendou que fosse feito um encaminhamento político para tentar resolver a questão". Os prefeitos, seguindo a orientação de Antonio Carlos, pretendem manter entendimentos com as lideranças partidárias e tentar uma saída via medida provisória.

Alcântara sugere mudança na MP

No plenário do Senado, antes de conhecer a decisão da comissão mista do Congresso, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) havia feito um apelo ao relator da MP 1.600, senador Vilson Kleinübing, para que exclua os recursos do Fundo Nacional de Educação da proposta do governo que destina ao pagamento da dívida pública os superávits financeiros obtidos pelos fundos e entidades da administração federal. Alcântara sugeriu a Kleinübing que fizesse um

projeto de conversão que atenda ao governo, mas que não "leve verbas da educação para saldar dívida externa".

O senador lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu que tanto os recursos para a Saúde como para a Educação estariam fora dessas medidas restritivas que o governo está adotando para a estabilização econômica.

Alcântara destacou matéria publicada ontem pelo jornal *O Globo*, sob o título "Corte de

verba irrita ministro Paulo Renato". Ele disse que, de acordo com o jornal, o ministro ficou surpreendido com a notícia de que o Decreto 2.041 cortou de sua pasta R\$ 540 milhões.

Além disso, conforme o decreto, o Ministério da Educação ficaria sem R\$ 190 milhões do orçamento ordinário e sem outros R\$ 350 milhões suplementares que solicitara. "É lamentável esse fato porque afinal de contas uma equipe de governo tem que ser solidária", afirmou.



Amin e o deputado José Lourenço: redefinição do conceito de família

Comissão aprova alterações na área de assistência social

Comissão mista presidida pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) aprovou ontem projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado José Lourenço à Medida Provisória nº 1.599, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social. O projeto, que será agora apreciado pelo Congresso Nacional, altera dispositivos da Lei nº 8.742/93, estabelecendo que o idoso poderá requerer o benefício de renda mensal vitalícia 30 dias antes de completar 70 anos.

O projeto de conversão também redefine o conceito de família exposto no artigo

16 da Lei nº 8.213/91; exclui da perícia médica as equipes multidisciplinares do Sistema Único de Saúde (SUS), restringindo as ações de avaliação e laudo à equipe do INSS; e determina que os recursos para pagamento dos benefícios serão repassados diretamente ao INSS e não mais ao Fundo Nacional de Assistência Social.

Durante a discussão, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que o governo não está cumprindo com seu dever social. A seu ver, a medida é "inconstitucional, porque extrapola a lei criada, usurpa as prerrogativas do Congresso e subverte a ordem constitucional".

Secretário da Receita Federal responde a senadores e deputados sobre a MP da reforma tributária e explica que indústrias da Zona Franca terão de se adaptar à nova realidade imposta pelo ajuste

Maciel defende cortes nos incentivos e aumento do IR

O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, disse ontem na comissão mista que examina a Medida Provisória 1.602/97, alterando a legislação tributária, que considera o ajuste fiscal do governo a melhor solução ante a crise financeira internacional que ameaça os países do bloco econômico ao qual o Brasil está integrado.

Aos senadores e deputados presentes à reunião presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), Everardo



Maciel (E) defendeu todos os argumentos oficiais na comissão mista

Maciel enfatizou a posição do governo em relação à manutenção da alíquota de 10% na cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física e do corte de 50% nos incentivos fiscais destinados ao desenvolvimento regional. Sobre o Imposto de Renda, disse que a alíquota de 27% cobrada pela União é a menor entre a grande maioria dos países da Europa e da América.

Ele afirmou que a carga tributária brasileira, "folcloricamente denominada de 57 tributos", é igual à dos outros países, uma vez que nela têm que ser diferenciados o imposto propriamente dito, por exemplo, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e as taxas, as quais considerou "especializações dos impostos sobre prestações de

serviços".

Quanto aos incentivos fiscais, Maciel informou que os projetos em andamento e os que começaram até 14 de novembro serão mantidos com 100% das verbas dos tributos, mas os que forem iniciados a partir daí serão amparados em até 50%.

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) disse ao secretário que a exclusão dos incentivos na Zona Franca de Manaus, contida no artigo 52 da MP, obrigará as empresas a recorrerem a importações para suprir a demanda, tornando-as inócuas no contexto desenvolvimentista da região Norte e do país.

Everardo Maciel respondeu que, nesse caso, os fabricantes de componentes terão de se adaptar à realidade de trabalhar com a metade dos incentivos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reclamou que não há definição na MP sobre a bitributação de empresas brasileiras que pagam impostos no Brasil e no exterior, em operações feitas aqui. Maciel respondeu que isso depende do tipo de acordo ou contrato fei-

to entre a empresa exportadora e os importadores de produtos brasileiros. "Uma parte desse dinheiro deixa de entrar para os cofres do Tesouro", acrescentou o senador.

Na opinião do deputado Roberto Campos, o governo deveria ouvir as ponderações do PFL sobre o sacrifício imposto ao cidadão de renda média com a edição da MP e trocá-la por um pacote de antecipação das privatizações. A seu ver, a meta de arrecadar R\$ 20 bilhões com a medida poderia ser atingida privatizando-se imediatamente a

BR Distribuidora, da Petrobrás, e outras subsidiárias de estatais sólidas para levantar recursos e tornar o país forte frente às instituições de crédito internacionais. Everardo Maciel explicou que as privatizações não podem ser confundidas com o ajuste fiscal, embora a meta de ambos seja a redução do déficit público.

O relator da matéria, deputado Roberto Brandt, disse ao final da reunião que acha improváveis mudanças profundas no texto original da MP, mas ressaltando que os pontos sobre os quais os parlamentares têm divergido poderão sofrer alterações. Ele acredita que a MP só será votada pela comissão no prazo regimental se não houver alterações. "Não teremos aprovada nenhuma emenda se quisermos cumprir prazos", concluiu.



Arruda defende na sessão o projeto de conversão da MP

Comissão aprova fundo da competitividade

A comissão mista que examina a Medida Provisória nº 1601, criando o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade (FGPC), aprovou ontem o projeto de lei de conversão apresentado pelo relator, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Foram incorporadas sugestões apresentadas na audiência pública de terça-feira, estabelecendo critérios para definição das empresas a se beneficiarem do financiamento no BNDES e na Finame.

A preocupação de que venham a ser atendidas empre-

O montante arrecadado das contas abandonadas financiará o aumento da competitividade e da produção para exportação

sas de grande porte foi manifestada pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS) e pelo deputado Chico Vigilante (PT-DF), autor de emenda suprimindo as "empresas de porte superior". Arruda acatou parcialmente a emenda, restringindo o crédito a empresas cuja receita operacional líquida anual não ultrapasse R\$ 15 milhões e que sejam exportadoras ou fabricantes de mercadorias para exportação. Serão atendidas também as micro e pequenas empresas cuja receita operacional bruta anual não seja superior a R\$ 720 mil.

Outra alteração na medida provisória foi o acréscimo de dispositivo que permite ao Poder Executivo criar um conselho consultivo com a atribuição

de acompanhar e avaliar o desempenho do FGPC, constituído por entidades representativas das empresas e dos órgãos responsáveis pela gestão e operação do fundo.

O relator manteve o texto da MP quanto à constituição do patrimônio inicial do fundo, que corresponderá a 40% dos recursos a serem obtidos com a MP nº 1597, que permite a apropriação pelo governo dos saldos de contas de depósito abandonadas em instituições financeiras. Ele não acatou a sugestão de Vigilante - único parlamentar a apresentar emendas à MP - reduzindo para 25% esse montante, por considerar "um volume exagerado de recursos para o fun-

do". É apenas uma previsão, que poderá ser corrigida oportunamente, na medida em que se avalie o desempenho do fundo e os montantes mais adequados à sua operação - ponderou Arruda.

Os recursos se destinarão ao financiamento da implantação, expansão, modernização ou relocação, visando mais competitividade e ao aumento da produção destinada à exportação.

Caberá ao Executivo definir o volume máximo de operações a terem risco coberto; os níveis máximos de garantia nos financiamentos; a participação do BNDES, da Finame e das instituições financeiras; as condições e percentuais de comissão a serem cobrados.

Valadares: ônus maior recai sobre classe média

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem que apresentou emenda supressiva ao dispositivo da MP que aumenta as alíquotas do Imposto de Renda. Para ele, a classe média, que paga um IR comparável ao de países com renda per capita superior à brasileira, será sacrificada: - O Brasil tem uma taxaço

próxima à dos EUA, Inglaterra e Canadá.

Baseando-se em estudo do Ipea, o senador disse que a previsão de arrecadação tributária para 1998 atinge 31% do PIB, "um recorde". Em 1947, comparou, a carga tributária representava 13,5% do PIB. - Nos EUA, só quem ganha



Valadares: ricos pagam menos

mais de US\$ 271 mil/ano paga o máximo de 39,6%. No Brasil, quem ganha mais de R\$ 200 mil/ano paga R\$ 44.930. Nos EUA, pagaria R\$ 60 mil.

Em depoimento na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o ministro da Fazenda diz que a aprovação do projeto que legaliza o funcionamento de cassinos e libera jogos de azar não está entre as prioridades do governo

Malan: legalização do jogo é prematura

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que "talvez seja prematura" a votação da legalização dos jogos de azar. Segundo ele, essa matéria, seguramente, não faz parte das prioridades da área econômica.

De acordo com Malan, todas as possíveis vantagens decorrentes da legalização dos jogos de azar são questionáveis, como o incremento do turismo e da arrecadação de tributos, além da ampliação do mercado.

Acompanhado do presidente da Caixa Econômica, Sérgio Cutolo, e da secretária-adjunta da Receita Federal, Litha Spínola, Malan foi inquirido pelo relator do projeto que trata da legalização dos jogos de azar, senador Edison Lobão (PFL-MA), e outros senadores.

- Confesso que as inúmeras atribuições decorrentes do meu cargo ainda não me permitiram estudar suficientemente o assunto. No entanto, considero que a decisão deverá ser tomada pelo povo brasileiro, que tem neste Congresso os seus legítimos representantes - afirmou o ministro.

Interpelado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre quais providências o governo tomaria na hipótese de o projeto vir a ser aprovado, Malan afirmou que o fundamental é que o Congresso aprove uma legislação dotando o poder público de meios para controlar a tributação proveniente dessa atividade, além de evitar que os cassinos se tornem pontos para a lavagem de dinheiro e o narcotráfico.

Quanto ao fato de o próprio governo manter várias modalidades de loterias, o presidente da CEF esclareceu que de



Pedro Malan, com Cabral (C) e Cutolo: legalização do jogo não é prioridade

janeiro a outubro deste ano essas atividades proporcionaram uma arrecadação bruta de R\$ 4,6 bilhões. Desse total, cerca de 50% foram empregados em programas sociais.

Em sintonia com a análise de Malan, Cutolo alertou que, na hipótese de os jogos passarem para a área privada, as dificuldades para que seus recursos sejam direcionados para os interesses da sociedade serão muito maiores.

Nesse sentido, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) questionou a constitucionalidade da proposta, uma vez que, observou, da maneira como o projeto está redigido, uma lei menor determinaria a aprovação de uma lei complementar, "o que é absolutamente inusual".

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS) declararam-se frontalmente contrários à legalização dos jogos de azar. No entanto, para eles é preferível que a administração das loterias fique no âmbito do poder público. Simon considerou abusiva a maneira como "os cassinos entraram na casa das pessoas", e ilustrou "esse abuso" com um fato doméstico.

- Como se não bastasse minha mulher ter colocado na cabeça que vai ganhar um carro através desses sorteios promovidos pela tevê através do telefone 0900, meu filho Pedrinho, quando se vê sozinho e é anunciado um sorteio desses pela televisão, começa a gritar:

"Mãe, olha o carro!" Quer dizer, está havendo um exagero com esses sorteios, e o governo tem que tomar uma providência - frisou.

O senador Lúcio Alcântara também criticou a posição ofi-

cial no que se refere aos jogos de azar e à "pilotopia", referindo-se à proliferação de instituições pseudofilantrópicas que se aproveitam das falhas da legislação para lesar os menos informados. Quanto à recente introdução do jogo chamado *Trinca*, entre os promovidos pela CEF, ele considerou que essa não é uma maneira de o governo coibir a contravenção, mas sim de "concorrer com o jogo do bicho".

Já o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que as autoridades precisam se libertar dessa "posição mais cultural do que outra coisa" para deliberar sobre a legalização dos jogos de azar. Para ele, mais importante do que se pronunciar contra ou a favor, é o governo deliberar a respeito.

Combate à lavagem de dinheiro

Durante a audiência pública, o ministro da Fazenda fez um apelo para que a Casa agilize a apreciação do Projeto de Lei 2.688, aprovado na Câmara, que torna crime a lavagem de dinheiro. Em resposta, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da Comissão de Constituição e Justiça, à qual o ministro compareceu pela manhã para discutir o projeto da legalização dos jogos de azar, informou que a proposta já se encontra na Comissão de Assuntos Econômicos, e posteriormente irá para a CCJ.



Decisão da CCJ, ontem, alivia finanças municipais

Fundo de Participação deverá ser deduzido da base de cálculo do FEF

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) a proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo que as parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) referentes ao 2º semestre de 1997, a 1998 e a 1999 serão previamente deduzidas da base de cálculo do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

Alcântara esclareceu que

os municípios têm contribuído para o FEF através da redução da base de cálculo do FPM. Essa contribuição, conforme o relator, representaria 1,44%, 1,25% e 0,64%, respectivamente, do total a ser arrecadado pelo fundo nos três períodos que a proposta pretende excluir.

Lúcio Alcântara informou que a participação do FPM no total das receitas municipais significa mais da metade de toda a receita de aproximadamente 55,5% das cidades brasileiras, tornando-se

de fundamental importância para seu equilíbrio financeiro.

Portanto, entende o relator, nada mais justo do que retirar mais este "peso das costas" dos, conforme ele definiu, "já sofridos municípios brasileiros".

Por sua vez, Simon argumentou que, "em sua quase totalidade, esses municípios vivem preocupante quadro de desajuste fiscal, significando que a redução de suas receitas, em uma intervenção de caráter conjuntural, agravará o déficit municipal".